

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 152

Poder Executivo

Recife, 10 de agosto de 2022

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA/PE

ATA DA 393ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Ao décimo primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às 14h, foi realizada, a trecentésima nonagésima terceira Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA – PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros/as: Roberto Franca, titular do Gabinete do Governador; Macdouglass de Oliveira e Maria José Galvão Cavalcanti Gueiros de Oliveira (Zed), titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ; Ana Luiza Costa Cavalcanti, suplente da Secretaria Estadual de Saúde – SES; Thiago Reis, titular da Secretaria Estadual de Educação – SEE; Aline Miranda, suplente da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco – SEPLAG; Arnaldo Sampaio, titular da Fundação Gonzaglo; Leandro de Moura Souza e Elizângela Maria da Silva Luz, titular e suplente do Giral Desenvolvimento humano e local; Alice Maria Brainer Barbosa de Carvalho, titular da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; Amanda Carolina de Oliveira da Fundação Fé e Alegria; Kátia Pintor e Juliana Accoly, titular e suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC; Hemi Monique Vilas Boas, titular do Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco CIEE/PE. Registra-se também a presença de Francisco de Assis Alves da Associação Palmares, Rafael Vasconcelos do Gabinete de Assessoria Jurídica de Organizações Populares – Gajop; os componentes da equipe técnica do CEDCA/PE: Rosa Barros, Ana Leão, Ana Elizabeth Harle de Castro, Kalline Gabrielle da Silva, Glóelia Souza, Iran do Carmo, Márcia Santos, Alexandre Avelar, Davison Soares, Severina Targino, Reginaldo Santos, Moisés Vicente e Eliane Pereira. O presidente do CEDCA, Arnaldo Sampaio, iniciou a assembleia após verificar o quórum. Em seguida, apresentou a pauta, que foi aprovada pelo colegiado. Na sequência, submeteu para aprovação a ata da Assembleia Ordinária 392 e da Assembleia Extraordinária 164. As atas foram aprovadas sem restrições. Em seguida, atendendo à solicitação do Fórum DCA/PE foi lida, pelo Sr. Reginaldo Silva, a Carta Aberta do Fórum DCA/PE de apoio ao presidente do CEDCA/PE e considerações sobre infraestrutura da sede do Cedca/PE. Concluída a leitura do documento, foi solicitado que a carta fosse enviada para o Governador Paulo Câmara. Posteriormente o advogado, Rafael Vasconcelos, do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – Gajop apresentou e entregou o relatório das visitas realizadas pela Missão Mundial de Combate à Tortura nos Centros de Atendimento Socioeducativos (CASEs) de Garanhuns e Vitória de Santo Antão, apontando inadequações estruturais e críticas ao atendimento dispensado aos adolescentes, considerando a garantia e proteção de direitos, concluindo pelo pedido de fechamento das unidades. Após a exposição do Sr. Rafael Vasconcelos, o presidente registrou a presença da presidente do CMDCA de Garanhuns, a Srª Sandra Mendes, que informou que a situação atual com relação a estrutura do CASE Garanhuns, não colabora para ressocialização dos adolescentes. Perguntou se havia algum plano de retirada dos adolescentes, caso a referida unidade seja fechada. Em seguida, a conselheira Alice Brayner expressou que possivelmente haveria outras unidades na mesma situação. Dando seguimento a discussão, a Sr.ª Verônica Silva, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru, questionou sobre a previsão de reformas das unidades, considerando que, atualmente, o número de adolescentes nas unidades não é alto. Nesse sentido, também ressaltou a importância de informar o valor que o Estado gasta com cada adolescente em conflito com a Lei. Acrescentou, ainda, que é fundamental questionar sobre quantas pessoas estão sendo contratadas e qualificadas e que estes questionamentos deveriam ser encaminhados para a mesa de deliberações, visto que, se tratando do socioeducativo, são adolescentes que cometeram atos infracionais, no entanto, seus direitos não devem ser violados. Logo em seguida, a conselheira Kátia Pintor informou que esteve presente no pleno extraordinário, no qual foi apresentado, pelo Gajop, o relatório da Missão Mundial de Combate à Tortura. Dessa forma, ressaltou a importância dos questionamentos apresentados, visto que se tratava de uma questão de política pública. Salientou, ainda, que o problema em tela é histórico, inclusive, configurando racismo estrutural num contexto internacional e, assim, solicitou que a conselheira Zed se posicionasse. De pronto, a conselheira Zed disse que concordava com Sr.ª Verônica e manifestou indignação com o que foi relatado pelo Gajop, considerando que não condiz com o que se espera da Funase. Sendo assim, solicitou que o CEDCA/PE enviasse um ofício para a Funase, solicitando esclarecimentos sobre o que foi relatado, uma vez que é o órgão responsável pela organização das unidades no Estado. Na sequência, o presidente Arnaldo Sampaio ressaltou que como deliberadores da política não teriam como estabelecer prazo de alguns meses e evidenciou que manteria o encaminhamento do fechamento das duas unidades, CASE de Garanhuns e CASE de Pacas em Vitória de Santo Antão, deixando que a questão da descontinuidade das funções e prazo para fechamento fossem estabelecidos pelo Ministério Público de Pernambuco – MPPE. Em seguida, o presidente fez a explanação sobre como foi realizado o processo do fechamento da unidade de Abreu e Lima. Isso posto, a conselheira Zed relatou que no caso do fechamento da unidade de Abreu e Lima a conjuntura era outra. Logo em seguida foram submetidas para votação duas propostas: propondo alteração de metas, apresentando todo o trâmite referente ao motivo (propondo um plano pela Funase com metas e cronograma definidos) e a outra proposta seria um plano para recuperação das duas unidades em pauta. Após discussão foi solicitado pedido de vistas desse ponto de pauta pela conselheira Catarina. Dando seguimento, a Câmara Temática de Medidas Protetivas e Socioeducativas apresentou informações sobre a morte por choque elétrico do adolescente na unidade de Garanhuns. Foi recomendado o envio do relatório da OMCT, nota de recomendação sobre a morte do adolescente e ofício ao MPPE solicitando informações a respeito do recebimento do inquérito e denúncia. Também foi deliberado o envio de ofício ao delegado responsável pelo caso, solicitando informações a respeito da conclusão do inquérito. Em seguida foram sugeridos e aprovados os dias 21 e 22 de setembro de 2022 para avaliação do PEDAS 2020. Sobre o ponto de pauta referente ao Termo de Cooperação – SIMASE foi proposto que o setor jurídico do CEDCA responderia a solicitação a partir do esclarecimento do decreto 9.371 de 11 de maio de 2018. Outro ponto foi sobre o registro das unidades da Funase tratado no Ofício 02289.000.054/2020 – 0013/MPPE, o qual solicitava informações sobre inscrição da unidade da Funase – Case Arcoverde no CEDCA/PE. Foi deliberado responder o ofício do MPPE a

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 152

Poder Executivo

Recife, 10 de agosto de 2022

respeito do processo que foi iniciado, informando que será retomado a partir de agosto de 2022. Também foi deliberado envio para os e-mails dos conselheiros de planilha com calendário para organizem datas para realização das visitas às unidades da Funase. Em seguida foram tratados os pontos de pauta da Câmara Temática de Apoio aos Conselhos Municipais sobre a situação de intervenções, observadas como ilegais, de juizes e promotores junto a atuação do Conselho Tutelar. Foi solicitado pedido de vistas desse ponto pelo presidente Arnaldo Sampaio. Logo após a respeito do comunicado de desligamento da conselheira tutelar de Fernando de Noronha, foi dada a seguinte deliberação: deflagrar processo de escolha para preencher vacância. Nesse momento foi formada a comissão para esse fim, composta pelos(as) conselheiros(as): Hemi Vilas Boas, Alice Brainer, Macdouglass de Oliveira e Antonio Cardoso. Dando seguimento, a conselheira Katia Pintor : solicitou o envio dos contatos dos conselheiros do DEFEN para seu e-mail, bem como, o documento de sistematização. A respeito da sistematização do histórico referente ao CT de DEFEN foi deliberado que fosse encaminhado para a Procuradoria do Estado a situação do não pagamento do complemento do salário mínimo. Na sequência, a Câmara Temática de Comunicação e Articulação apresentou solicitação de data para realizar o Prêmio Márcia Dangremon, sendo sugerido o dia 02 de dezembro de 2022. A comissão será integrada pelos componentes da Câmara. No que se refere a 12ª Edição do Concurso Arte Livre, a comissão será composta pelos componentes da Câmara e foram apresentadas as seguintes datas: 27/07 a 26/08 – Inscrições; 29/08 – Instalação do grupo de avaliadores; 30/08 a 06/10 – Período de avaliação; 11/10 – Divulgação dos resultados; 08/11 – Cerimônia de premiação. E para celebrar o 13 de julho – Aniversário do ECA foram realizadas as seguintes propostas e encaminhamentos: produção de vídeos lúdicos para divulgação com a rede de educação; oficinas virtuais ou presenciais para crianças e adolescentes; para o próximo ano: mobilização das escolas para produção de vídeos e demais produtos para serem trabalhados no dia 13/07. Em seguida sobre a solicitação do CIEE para o programa de aprendizagem foi deliberado que seja iniciado o processo de cadastramento. A instituição deve preencher os instrumentais de cadastro do serviço. Em relação ao serviço de acolhimento e cofinanciamento estadual apresentado pela Ação Social Paróquia Palmares ficou deliberado encaminhar ofício ao governador, em até 48h, solicitando esclarecimentos (a minuta do ofício será enviada pelo presidente e equipe técnica), com cópia para SDSUJ, CAOP, Prefeitura de Palmares e Dr. Guilherme Lapenda. Também foi deliberado enviar, anexo, o ofício da Ação Social Paróquia Palmares. Dando seguimento ficou deliberado que as relatorias sobre feminicídio ficará sobre a responsabilidade da conselheira Inalva Cavendish; sobre a campanha de combate e exploração de trabalho infantil será de responsabilidade da conselheira Catarina; a discussão sobre o tema autismo e ausência de políticas públicas será realizada pela conselheira Alice Brayner. Logo em seguida, o presidente agradeceu pela presença e participação de todos, dando por encerrada a assembleia. Arnaldo Sampaio-Presidente do CEDCA/PE

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 152

Poder Executivo

Recife, 10 de agosto de 2022



PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SDOE. Para visualizar o documento original clique no link:

<https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#/checar-autenticidade?codigo=BWNCRLTQL6-5XKAIXKV40-P2TH9ZW2VI>.

Código de verificação:

BWNCRLTQL6-5XKAIXKV40-P2TH9ZW2VI

